

PARECER Nº , DE 2009

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 144, de 2009 (PL nº 1.630, de 2003, na origem), da Deputada Sandra Rosado, que *dispõe sobre o exercício profissional do apicultor*.

RELATORA: Senadora ROSALBA CIARLINI

I – RELATÓRIO

É submetido à apreciação desta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Lei da Câmara nº 144, de 2009, de autoria da Deputada Sandra Rosado. A medida traz disposições sobre o exercício da profissão de apicultor, definindo o que caracteriza esse profissional, estabelecendo normas para o exercício da profissão, com a exigência de treinamento e garantia do exercício para aqueles que já trabalham na área, e elencando uma série de atribuições compatíveis com essa atividade.

Ao justificar sua iniciativa, a autora afirma que essa é uma atividade conhecida há pelo menos cinco milênios (pelos egípcios), que vem se consolidando como uma fonte geradora de emprego e renda na zona rural de vários municípios brasileiros. Ela também relaciona alguns produtos da apicultura, utilizados na alimentação e na medicina (tratamento de dermatoses, queimaduras, herpes, bronquite e úlcera, entre outras): mel, cera, própolis e apitoxina (veneno de abelha).

Também constam da justificação dados sobre a importância dos produtos da apicultura para a balança comercial; a posição ocupada pelo

Brasil entre os grandes produtores e o registro do grande potencial que o País possui, podendo alcançar o maior produtor mundial que é a China.

Na Casa de origem, a matéria foi analisada na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Foram corrigidas algumas impropriedades constitucionais e técnicas, mediante elaboração de um substitutivo a ser aqui analisado.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

A temática em análise, no que concerne a disposições sobre o exercício profissional, pertence ao campo do Direito do Trabalho e se inclui entre aquelas de iniciativa comum, prevista no art. 61 da Constituição Federal.

A competência para legislar sobre o tema é do Congresso Nacional, nos termos do art. 48 da mesma Carta. Está, também, relacionada entre os temas reservados para esta Comissão na forma do inciso I do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal.

Com relação à iniciativa e à competência para legislar, portanto, não há impedimentos formais e constitucionais. Aqueles que existiam foram corrigidos na Casa de origem. Também não identificamos aspectos jurídicos ou regimentais que obstem a aprovação da matéria. Ela está, em consequência, apta a fazer parte de nosso ordenamento jurídico.

Quanto ao mérito do projeto, somos favoráveis à sua aprovação. O exercício da profissão de apicultor envolve, cada vez mais, um conhecimento especializado e a qualidade dos produtos derivados da apicultura influi diretamente na saúde das pessoas que os consomem ou os utilizam sob a forma de medicamentos. É necessário, então, que sejam oferecidas condições para treinamento e qualificação desses profissionais, estabelecendo-se um certo controle sobre o exercício da atividade.

O reconhecimento da profissão e o estabelecimento de algumas regras mínimas certamente colaborarão para o desenvolvimento pessoal e profissional daqueles que trabalham nesse ramo. Contribuirá, também, para o aumento da produção e para a competitividade internacional de nossos produtos, dada a provável melhoria da qualidade e a possibilidade de desenvolver novas tecnologias.

Com respeitabilidade e diversidade nosso espaço no mercado certamente será maior. Ademais, nossas condições ambientais permitem que sejamos grandes produtores e que a apicultura seja exercida de forma sustentável.

Por sugestão da Confederação Brasileira de Apicultura (CBA) elaboramos emenda, adequando o texto proposto, no sentido de incluir, no art. 3º da proposição, entre as atribuições dos apicultores, o trabalho na “Casa do Mel” ou “Casa de Extração” (com a presença de instalações e equipamentos apropriados), considerando o trabalho individual ou realizado em associações ou cooperativas. Dessa forma, estamos registrando e enaltecendo uma experiência inovadora de trabalho, em especial, associativo ou cooperativado.

Finalmente, queremos registrar que é a organização dos profissionais que permitirá todos esses benefícios esperados. Afinal, cooperação e partilha de conhecimentos são fundamentais para a disseminação das novas técnicas, criação de novas alternativas e viabilização econômica da atividade, gerando, assim, milhares de empregos no meio rural.

III – VOTO

À vista do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 144, de 2009, que atende a uma justa reivindicação da apicultura e está dotado de muitos méritos, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº 1 - CAS

Acrescente-se ao art. 3º do Projeto de Lei da Câmara nº 144, de 2009, o seguinte inciso VIII:

“**Art. 3º**

.....

VIII – processar o mel e outros produtos das abelhas em equipamentos e instalações apropriadas, individualmente, em sua propriedade, ou coletivamente, em associação ou cooperativa.”

Sala da Comissão, 02 de dezembro de 2009.

Senador PAULO PAIM, Presidente

Senadora ROSALBA CIARLINI, Relatora



SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

IV - DECISÃO DA COMISSÃO

Reunida a Comissão de Assuntos Sociais, nesta data, durante a discussão da matéria, a Relatora, Senadora Rosalba Ciarlini, retira a Emenda oferecida ao Projeto. É aprovado o Projeto de Lei da Câmara nº 144, de 2009, de autoria da Deputada Sandra Rosado.

Sala da Comissão, em 2 de dezembro de 2009.

Senador PAULO PAIM

Presidente em exercício

